

Globethics Repository



Recuperação religiosa de presos [Religious Recovery of Prisoners]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	da Rosa Silva Junior, Antonio Carlos
Publisher	Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da UFJF
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-18 02:26:36
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/219805

Recuperação religiosa de presos: os (não) cristãos no método APAC de cumprimento de pena

Religious Recovery of Prisoners: the (non) Christians in the APAC method of imprisonment

Antonio Carlos da Rosa Silva Junior¹
acarlos_juridico@yahoo.com.br

Resumo:

A religião como produto sócio-cultural é ideia corrente nos meios acadêmicos. Por isso, embora inicialmente pensado para detentos católicos, o método APAC acabou se abrindo a outras correntes religiosas, notadamente a protestante. Nesse contexto de pluralismo, impende verificar a (im)possibilidade de outras religiões e denominações cristãs se inserirem na instituição, bem como se, e em que medida, os atores se portam diante do pluralismo.

Palavras-chave: APAC; ressocialização; pluralismo religioso.

Abstract:

Religion as a socio-cultural product is a current idea in academic circles. Therefore, although initially designed to Catholic prisoners, the method APAC ended up opening to other religious movements, especially Protestant ones. In this context of pluralism, it is necessary to check the (im)possibility of other religions and Christian denominations to fall into the institution, as well as whether, and to what extent, the actors behave in face of pluralism.

Keywords: APAC; resocialization; religious pluralism.

Introdução

O presente artigo traduz uma breve parte da reflexão que despendemos em nossa pesquisa de Mestrado no PPCIR/UFJF sobre o método APAC. Em suma, trata-se de uma perspectiva religiosa para a recuperação de presos, iniciada em São José dos Campos/SP com Mário Ottonoboni no início da década de 1970 e que se expandiu, com mais tenacidade, no Estado de Minas Gerais.

¹ Bacharel em Direito (UFJF), Especialista em Ciências Penais (UNISUL) e em Direito e Relações Familiares (UNIVERSO) e Mestre em Ciência da Religião (PPCIR/UFJF).

Dito isso, importa-nos entendermos a religião como produto sócio-cultural, o que é uma ideia constante na academia. Ela existe e opera não na sociedade *in abstracto*, “mas numa sociedade concreta e particular, localizada no espaço e no tempo, com uma população e recursos limitados e estruturados de uma maneira peculiar.” (Maduro, 1983, p. 73) É por isso, pois, que “todas as religiões estão enraizadas numa dada sociedade e são expressões das visões de mundo e da maneira de viver de grupos sociais concretos.” (Guerriero, 2010, p. 103)

A sociologia da religião, pois, para Dix (2006), deve se interessar pelas práticas sociais e pelo sentido que as pessoas atribuem a tais. Nesse sentido é a interpretação de Geertz:

A religião é sociologicamente interessante não porque, como o positivismo vulgar o colocaria, ela descreve a ordem social (e se o faz é de forma não só muito oblíqua, mas também muito incompleta), mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza. (1989, p. 136)

Razão disso, há que se perceber as mutações operadas nas religiões (ou ao menos em boa parte delas). Já que imersas no ambiente social, é certo que elas acabam por se transformar em prol de responder aos anseios de cada época. E, dadas as mutações na própria sociedade, no catolicismo, especificamente, são várias as iniciativas “para retomar seu papel de referência totalizante, tanto nos indivíduos como no coletivo” (Carranza, 2004, p. 124).

Nesse quadro, dos vários recortes possíveis da dissertação e após um esforço de sistematização metodológica desde seus primórdios, escolhemos dois eixos basilares – quais sejam, a conversão moralizante e o pluralismo religioso – a fim de entendermos, ao menos em parte, a religiosidade apaqueana. Tal escolha se deu porque abarca o mote da metodologia (a conversão pessoal que dá azo às mudanças comportamentais) e nos permite compreender algumas das formas pelas quais essa religiosidade é aflorada e entra em contato com o “outro”. Ademais, ambos foram temas recorrentes nas pesquisas de campo realizadas na instituição de Itaúna/MG, a primeira a ser instalada em Minas Gerais e, por isso, tida como modelo de implantação do método, já que todos os doze elementos fundamentais são aplicados.

Para o presente, contudo, focalizaremos no contexto de pluralismo, verificando a (im)possibilidade de outras religiões e denominações cristãs se inserirem na instituição, bem como se, e em que medida, os atores se portam diante dele.

1. Um ambiente físico que “fala”: a religiosidade cristã-católica em ebulição

A parte externa do prédio em que está instalada a APAC masculina de Itaúna não tem aparência de um presídio; a da unidade feminina muito menos, pois se trata de uma casa alugada. Naquela, embora o muro seja alto, não há grades ou outra alusão a um local de cumprimento de pena, a não ser pela “logomarca” da APAC. Essa tem a representação de uma pessoa algemada e presa em uma cruz, numa clara alusão à cruz de Cristo. Além disso, traz as inscrições “recuperar o preso”, “promover a justiça”, “proteger a sociedade” e “socorrer a vítima”, tendo essa última sido incluída mais recentemente; as três primeiras, por sua vez, revelam o traço de manutenção da ordem social.

O certo é que por toda parte há elementos religiosos, com uma única exceção: a barbearia do regime fechado de cumprimento de pena. Quadros, imagens, frases e santos cercam os ambientes. A disposição desses elementos na estrutura apaqueana já nos permite inferir algumas das concepções de mundo da entidade.

Sobre aquelas informações que buscam conduzir o preso a uma conversão, embora não sejam o foco do presente artigo, temos, por exemplo, que: a) a logomarca da APAC nos faz perceber um ambiente cristianizado, em que a morte do Cristo pode ser identificada como propiciação pelos pecados dos presos; b) a inscrição da frase de Daniel Comboni, santo católico canonizado por um milagre no Brasil – “As obras de Deus nascem e crescem aos pés da cruz” –, por sua vez, traz a percepção de que a APAC, ou mesmo a recuperação dos presos, só é possível porque estão “aos pés da cruz”; c) o quadro “JESUS CRISTO: luz que ilumina os nossos caminhos” transmite a noção de que os caminhos outrora trilhados pelos recuperandos eram tenebrosos, e que só Cristo pode iluminá-los; e d) as citações bíblicas e as imagens católicas, que estão por toda parte, tem o objetivo de conduzir o preso à reflexão.

Mas há mais que isso! Uma das funções dessa “religiosidade estética”, além de produzir a sensação de que a mesma é necessária à recuperação do preso, é indicar que

essa religiosidade deve ser externalizada, transmitida aos outros, sejam eles presos, voluntários ou diretores.

É que os presos, ao buscarem os benefícios prisionais, tem que demonstrar o quão religiosos são. Suas possíveis máscaras, pelo que ouviram nas palestras da Jornada de Libertação com Cristo – integrante mor da metodologia e espécie de “retiro espiritual” para os presos –, são logo identificadas. Por fim, embora a APAC se queira “ecumênica” – vide a nomeação da cela solitária, à qual os presos são instados em vários momentos a comparecer –, é certo que a catolicidade está marcada em sua estrutura. Tal se dá, inclusive, pelo caráter integralmente “repetitivo” das orações com tonalidade cristã² impostas aos recuperandos, bem como pela utilização de material “católico” nas orações da manhã.

Essas orações são a primeira atividade socializadora. São lidos textos Bíblicos e reflexões tiradas da Série “Deus Conosco dia a dia”, da Editora Santuário (católica), além de feita a “oração dos recuperandos” (modelo em Ottoboni, 2006). Após, os presos vão ao refeitório para o café da manhã, e depois seguem para os trabalhos. As pausas para almoço, lanche e jantar são antecedidas, sempre, de uma oração “modelo”.

E, registre-se, essa exteriorização deve ser clara. Os relatórios dos “casais padrinhos” (outro elemento metodológico) tem a função de mensurar a “entrega” do preso aos diversos afazeres propostos pela entidade, fundamentalmente os de ordem religiosa. Ademais, na perspectiva ottoboniana, o terço em família, a perseverança na fé e o entusiasmo na oração são elementos considerados para a medição da recuperação do preso (Ottoboni, 1984b, p. 77).

Feita essa exposição, como se articulam as proposições de católicos e evangélicos, duas matrizes cristãs com mais adeptos na APAC?

2. Católicos e evangélicos: convergências de conflitos

De plano, ressalte-se que boa parte do aqui entabulado é resultado de uma das pesquisas de campo, realizadas na APAC, que se deu quando da realização da *Jornada*

² Não se nega, aqui, que outras tradições religiosas também se utilizam das repetições, como hinduístas, muçulmanos e budistas, bem como existam temas, ritmos e estilos que perpassam a maioria das orações dos evangélicos, numa espécie de “dialeto crente”. Contudo, na APAC, essas orações coletivas são repetidas, sempre, na integralidade e, por adotarem um viés cristão, fazem com que se pareçam com a tradição católica, reforçando-a.

de Libertação com Cristo. A mesma é dotada de uma sequência lógico-psicológica que demorou 15 anos de estudos para a formulação atual. Um “misto de valorização humana e religião, meditações e testemunhos dos participantes” (Ottoboni, 2006, p. 186), como salientamos, é o “ponto alto da metodologia” – “peça de fundamental importância” (Ottoboni, 2004a, p. 15) – e surgiu da “necessidade de se promover uma definição do recuperando sobre a adoção de uma nova filosofia de vida, (...) com o objetivo precípua de fazer o recuperando repensar o verdadeiro sentido da vida.” (Ottoboni, 2006, p. 98-99) Pois bem.

O ambiente apaqueano, como já se frisou, é marcadamente católico. Uma das preces da Jornada, inclusive, era que Maria estendesse “sobre a APAC de Itaúna seu manto sagrado”; no VII Congresso a oração foi para que “Nossa Senhora seja nossa portadora das bênçãos do céu”.

Ademais, a primeira atividade socializadora do regime semi-aberto é a oração da manhã, na qual são lidos textos bíblicos e reflexões tiradas da Série “Deus Conosco dia a dia”, da Editora Santuário (católica). No mesmo passo, relatou-se um dirigente da APAC de Itaúna: “no início os evangélicos ficaram de fora. (...) E, se presidente é católico, tem mais carinho com católicos e evangélicos tem que buscar espaço”.

Por sua vez, a abertura aos evangélicos se deu, essencialmente, por dois fatores: aumento do número de presos que professavam essa fé (fruto do aumento geral no número de evangélicos no país) e necessidade de manutenção do voluntariado, formado, em boa parte, pelos crentes vinculados, nalguma medida, às questões sociais.

Nesse contexto, essas duas religiosidades de matriz cristã interagem e entram em conflito.

Uma das ocasiões em que esse conflito, ainda que velado, pôde ser percebido, se deu quando um dos preletores da Jornada, que mostrava alguns slides, pontuou aos presentes: “você vão ver a imagem da mãe de Jesus... eu sei que muitos tem preconceito, mas eu não tô falando de santa, de Nossa Senhora; tô falando da mãe de Jesus”. A afirmativa, por certo, busca romper as barreiras que os evangélicos, regra geral, possuem com os santos católicos, pois ressignifica o conteúdo da “Virgem Santíssima”, posta aqui como “mãe de Jesus”, tornando-a mais palatável ao gosto dos crentes.

Passemos, então, a declinar duas questões que consideramos interessantes.

2.1. As músicas

Esse misto de interação e conflito pode ser percebido em relação às músicas entoadas na Jornada pelo coral, que é formado por cerca de dez recuperandos, alguns com violões, atabaques e pandeiros. Embora, segundo me relatou um dos dirigentes, inicialmente o idealizador do método não quisesse a abertura às músicas evangélicas, é certo que essas foram tocadas pelo coral 38 vezes, seguidas das católicas (12), seculares (10), religiosas³ (4), “sem registro” (3) e apaqueana (1). Outrossim, quando se trata de “fundo musical”, as católicas aparecem 5 vezes, seguidas das evangélicas (4) e das seculares (2).

Além do imenso predomínio evangélico nesse quesito, o que em certo sentido pode ser atribuído à música gospel e sua força midiática,⁴ nenhuma das músicas católicas cantadas com os jornadeiros fez alusão a Maria – frise-se que essa o foi apenas instrumental, e somente uma vez – ou aos santos católicos, o que poderia causar um “mal estar” entre os jornadeiros evangélicos.

Mas não podemos dizer que tal é sempre assim. É que, no livro de canções, usado na I Jornada de Lagoa da Prata e distribuído na VXIII Jornada de Itaúna, constam pelo menos duas músicas que fazem menção direta a Maria, quais sejam “Ave Maria” – ou “Maria de minha infância” – e “Maria de Nazaré” (ambas gravadas, dentre outros, pelo Padre Zezinho).

Vale ressaltar, outrossim, que em alguns momentos da Jornada parecíamos estar numa igreja (neo)pentecostal. Enquanto a maioria batia palmas, membros do coral tocavam pandeiros e atabaques, e a caixa de som pouco potente exasperava um som extremamente rouco... só faltaram as “orações em línguas”. E se afigura interessante que os recuperandos mais choravam quando as músicas evangélicas eram tocadas.⁵

³ Aloco nessa categoria as músicas “Quando eu quero falar com Deus”, “A montanha” e “Jesus Cristo”, todas gravadas por Roberto Carlos, sendo a última tocada por duas vezes. Assim o faço porque, embora tenham letra ou elementos religiosos, foram gravadas por um cantor que, ao menos no senso comum, não tem relação tão direta com o mercado discográfico religioso.

⁴ Lembremos que o preso, mesmo sem acesso direto ao mundo exterior, tem contato com essa força midiática através da televisão, do rádio e da discografia que recebe de presente, em algumas visitas de parentes ou amigos.

⁵ Merece maior averiguação se essa afinidade decorre da presença de um estilo de devoção pan-institucional, advindo do evangelicalismo estadunidense dos avivamentos, como preconizou Velásques Filho (1990), aqui representado pelo universo pentecostal, avivado ou carismático.

Ainda, mesmo num ambiente religioso, canções seculares foram ouvidas, talvez porque, no catolicismo, a cisão entre o “mundo” e a “Igreja” não seja tão profunda se comparada a parte do universo pentecostal. Inclusive, um grupo de pagode da cidade ficou encarregado de tocar as músicas no jantar do último dia.

Entoaram, de início, três músicas evangélicas (“Restitui”, “Faz Chover” e “Faz um milagre em mim”). Depois foi a vez de pagodes seculares consagrados, de bandas como Exaltasamba e Raça Negra.

Os viajantes se dividiram, por si mesmos, em três grupos praticamente uniformes: 1) os que “caíram no samba”, com muita animação, como se estivessem em um show; 2) os que permaneceram sentados, conversando ou mesmo rindo dos primeiros; e 3) os que, embora de pé, estavam retraídos e não quiseram dançar junto ao primeiro grupo.

Especialmente aqui, santo e profano se confundem. Um dirigente, membro de uma igreja batista, sambou e cantou as músicas, numa linguagem evangélica, “do mundo”; quanto aos católicos, a imensa maioria o fazia sem qualquer pudor. Um viajante, que sambara, segundo ele, “pra Jesus” na sala de palestras, agora o fazia na música “Fugidinha” (gravada pelo grupo Exaltasamba).

Já no final do jantar, uma voluntária me confidenciou: “agora que o [nome do presidente da FBAC] saiu e eu pensei que ia cair no pagode, acabou”. São os dirigentes, voluntários e presos interagindo sob o signo da música/arte...

2.2. Quando se quer ser evangélico

Mas mesmo com a abertura do método APAC aos evangélicos, percebi que essa religiosidade (ou pelo menos alguns de seus traços) não puderam ser consignados em todos os momentos. Apenas aos católicos foi viabilizada a oportunidade de, na Jornada, confessar-se com o sacerdote; aos crentes, por sua vez, não foi possível o socorro de uma assistência espiritual específica.

Além disso, no VII Congresso havia a previsão de, simultaneamente, ocorrer um culto evangélico e uma missa, mas apenas essa se realizou e não foram dadas quaisquer explicações sobre a não realização do culto.

O mesmo ocorreu em razão da missa, um dos últimos eventos da Jornada, espécie de celebração eucarística realizada pelo padre da comunidade de Santa Luzia. Essa missa transcorreu nos moldes do catolicismo tradicional, sem a espontaneidade reinante na renovação carismática. Segundo o sacerdote, que trajava batina, aquele momento era “para fecharmos com chave de ouro”.

Todos os presentes receberam “O Domingo – semanário litúrgico catequético”, da Editora Paulus, referente ao dia 11 de dezembro de 2011. Por conta disso, a celebração que ali se fazia, guardadas algumas proporções, era a mesma ocorrida em todas as dioceses católicas do Brasil. As músicas eram entoadas por uma freira, que inclusive tocava o violão, e um rapaz, como diuturnamente ocorre pelo país.

Os jornadeiros evangélicos, os quais, de antemão, eu já os tinha em mente, ficaram quietos durante todo o tempo, inclusive sem fazer o “sinal da cruz”. Mesmo no início esses já aparentavam certa “má vontade” em ficar de pé nos momentos solicitados; mas, com o desenrolar da missa, dois, cinco e depois cerca de vinte desses jornadeiros passaram a não se pôr em pé.

O sacerdote que presidia a missa, em dado momento, asseverou que convidava “os evangélicos a se confessarem”. Mas, primeiro, foi feita a profissão de fé dos católicos; depois, disse ele, “peço silêncio para que os evangélicos façam sua oração”.

Embora aparentemente haja, aqui, um respeito à fé “do outro”, é certo que não havia um pastor evangélico, quicá um sacerdote de outra religião, acompanhando a missa. É de se ressaltar, também, que os evangélicos foram, num certo sentido, “obrigados” a participar da missa, mas aos católicos não lhes foi destinado presenciar um culto protestante.

Por sinal, além de alguns momentos em que as músicas evangélicas eram tocadas, a única vez em que houve um *insight* evangélico na Jornada foi na palestra ministrada por um pastor da cidade de Santa Luzia, a mais de 100 Km distante de Itaúna. É que, vez por outra, durante sua fala, o pastor interpelou seus ouvintes com “aleluia?” e “amém?”, expediente deveras utilizado nas pregações (neo)pentecostais e carismáticas. Ademais, foi durante essa única palestra que se ouviu dos jornadeiros os “glória a Deus” típicos dos estilos devocionais.

Por tudo isso, acredito que ao menos na APAC masculina de Itaúna, onde a direção apaqueana é, em sua maioria, católica, aos presos evangélicos é, em certa

medida, imposta a obrigatoriedade de participar em eventos católicos, como a missa da Jornada, bem como orar num ambiente sacralizado por santos e imagens.

Mas a situação parece ser relativamente diversa na APAC feminina. A coordenadora dessa unidade, que se disse católica carismática, me informou que os evangélicos tem mais “pegada”, “prometem” mais, e, por isso, fazem ali um trabalho mais expressivo. Um exemplo dessa maior disposição dos evangélicos se dá, por exemplo, no fato de prestarem assistência toda semana, enquanto os católicos o fazem praticamente apenas uma vez ao mês.

Contudo, mesmo nesse contexto, uma das recuperandas, em entrevista, me relatou que já conversaram com a direção da unidade, cuja “maioria é muito católica”, para que a aula de valorização humana, em que há forte viés do catolicismo, fosse modificada, “mas a direção não gostou”.

Ainda segundo ela, o ato socializador, realizado uma vez ao mês, termina sempre com uma missa; apesar de “as meninas terem pedido para alternar com um pastor”, não conseguiram. Mas outra recuperanda disse que nunca ouviu reclamações sobre o aludido ato ser católico, o que foi confirmado por uma das plantonistas. Uma outra, ainda, insistiu que a participação no mesmo é obrigatória; “mesmo não prestando atenção, temos que participar”, sob pena de “levarmos uma advertência”.

Assim, de se ver que os evangélicos, embora recebam uma atenção religiosa segundo suas convicções, são literalmente obrigados a conviver num ambiente cercado por imagens de santos e, ainda mais, participar de festividades e celebrações nas quais a fala se resume aos católicos.

3. Para além dos cristãos

Ainda que, em alguns momentos, entrem em conflito, católicos e evangélicos tem a possibilidade de exercer sua fé, mesmo com limitações. A esses dois grupos são destinados momentos específicos, como missas e culto semanais. E, segundo os recuperandos de ambos os regimes, em Itaúna os presos são obrigados a escolher por participar de pelo menos um desses dois momentos quando ingressam na instituição. “Mesmo quem não tem religião é obrigado, e o plantonista leva”, confidenciou-me um

voluntário. Isso porque, conforme enfatizou, informalmente, um dos presos: “todo mundo tem uma religião”.

Mas haveria, nas APACs de Itaúna, espaço para alguma religiosidade além da cristã?

Embora, no plano teórico, Ottoboni tenha, em seus escritos atuais, não mais dispensado um tratamento pejorativo às religiões espírita e afro, na própria Jornada ouviu-se, por duas vezes, alusões negativas às religiosidades espíritas e muçulmanas.

Quanto àquelas, foi enfatizado que “se você fosse julgado por todos os erros que cometeu, teria que passar outra vida atrás das grades, se existisse outra vida”, numa clara refutação à doutrina reencarnacionista, representativa do kardecismo nacional, entre outras tradições. A estas, por sua vez, foram associados os homens-bomba, “que vão subir no avião pensando em matar os outros”, vinculando-as às noções de vingança e perversidade que vigoram no senso comum.

Para o representante da Confraternidad Carceraria, da Bolívia, presente no VII Congresso, a APAC “abraça todas as crenças religiosas”. Contudo, enfatizou que a participação de um muçulmano na APAC é possível, mas “desde que ele não queira converter ninguém”. A mesma postura é revelada por um colombiano: “os hindus não podem querer doutrinar ninguém; mas, se tiver algum hindu preso, suas visitas poderiam partilhar da fé consigo”. Nesse sentido, a abertura ao outro se dá apenas se, e somente se, ele quer atuar “com valores cristãos”.

Mesmo assim, em Itaúna há um trabalho espírita “paralelo”, pelo menos na sede masculina. Um voluntário, que é espírita, acaba divulgando sua religiosidade através da indicação de livros. Mesmo assim, um dos recuperandos, inclusive, que se disse bastante simpatizante do espiritismo – até porque outras pessoas de sua família o são – escolhe frequentar as atividades católicas por não haver assistência específica.

Segundo um dos dirigentes da APAC de Nova Lima, presente no VII Congresso, por exemplo, há um voluntário espírita que, segundo o gerente, “não envolve com religião lá não”. Ademais, o único preso que, lendo livros espíritas, passou a adotar essa religião, “participava de tudo e não incomodava não”. Embora não me tenha declinado que falta de incômodo seria essa, é possível precisar que, certamente, se trata da aceitação das regras da APAC e, eventualmente, não requisitar que grupos espíritas lhe fossem visitar.

Por sua vez, a presidente da APAC de Alfenas, que, em entrevista, se disse espírita com linhagem na umbanda, me informou que, naquela unidade, quase todos da diretoria são espíritas. Segundo ela, o trabalho desenvolvido por eles é “mais velado e personalizado”, havendo boa receptividade pelos presos. Em que pese isso, apenas um dos presos, ao ingressar nessa APAC, alegou ser espírita, sendo certo que as reuniões coletivas acabaram porque “não estava surtindo efeito”, pois os presos “ficavam voando”.

Ainda segundo essa presidente, as normas da APAC obrigam a que o preso participe da missa ou do culto. Diante disso, um preso que se declarava ateu acabou “tendo que escolher” um deles. Ressaltou, outrossim, que, regra geral, o preso tem “medo do espírito de sua vítima lhe puxar o pé à noite”. Assim, embora muitos presos reclamem dessa obrigatoriedade de participação no dueto missa/culto, e mesmo o trabalho espírita não possuindo a reunião coletiva, preferem participar a “correr o risco”.

A seu turno, em Valadares, segundo o gerente daquela APAC, a única presa que se diz espírita “não faz questão e participa com os evangélicos”. Ademais, para ele, embora a APAC de Itaúna seja “marcadamente católica, lá não é; lá a capela tem imagens discretas, não muito grandes”.

Uma recuperanda, que se disse espírita, confidenciou que, “se pudesse, queria uma pessoa para fazer um estudo”; contudo, não pediu à direção, pois “como o propósito da APAC é católico, tenho receio que me discriminem”.

Em todo esse contexto, as religiões afro encontram ainda maior obstáculo. Um delegado da Polícia Civil, integrante da Renovação Carismática que participava do VII Congresso, declarou, embora sem expressar seus motivos, que era “contra umbanda no sistema prisional!”

Nesse mesmo sentido, Ottoboni, idealizador do método, por conta do VII Congresso, ratificou uma abertura apenas teórica ao asseverar que “a APAC é cristã” e “qualquer outra religião vai ter que se ajustar ao método”. Isso porque “nossa imaginação é o Cristo” e, por isso, “ateu não entra na APAC”. Assim, o método “nunca vai se ajustar na Coreia, pois a formação do cristão, infelizmente, é diferente desse

pessoal”.⁶ Segundo ele, “nós não temos preconceito, mas as outras pessoas vão ter que se adaptar, pois outras religiões não perdoam, não tem solidariedade humana”.

Não é sem motivos, pois, que o representante da *Prision Fellowship International*, órgão da ONU ao qual a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – espécie de federação das APACs – está vinculada, assegura que há mais de 20 anos esteve em Itaúna “e o discurso era de integração com outras religiões, mas nunca vi isso acontecer”.

Enfim, nos parece que a APAC enfrentará grandes obstáculos em seu processo de expansão pelo mundo. Será possível uma integração real com outras religiosidades que não a cristã? Para Ottoboni, não! E como se daria a Jornada de Libertação com Cristo em países onde as atividades de missão cristã são proibidas? Em que medida Cristo é, realmente, essencial ao método? Esses são temas que apenas o próprio processo de (re)integração cuidará de responder.

4. Circulando entre as ofertas religiosas

Após toda a pesquisa de campo feita nas APACs de Itaúna, me dei conta de que também nesse ambiente sacralizado ocorre o fenômeno do “esconder-se atrás da Bíblia”. Alguns estudiosos dizem percebê-lo nos presídios; outros, por sua vez, entendem-no quase impossível de ocorrer, ante a constante vigilância da massa carcerária e de seus pares.

Segundo Dias (2005, p. 47), “‘esconder-se atrás da Bíblia’ é um jargão frequentemente utilizado para se referir às pessoas que teriam se convertido por razões alheias àquelas propriamente religiosas.” No mesmo sentido,

A conversão religiosa no universo prisional é um fenômeno muitas vezes associado – como pude ouvir de alguns informantes durante minha pesquisa – à idéia de que a maioria dos detentos convertidos estaria “se escondendo atrás da Bíblia” durante o cumprimento de suas sentenças. Seguindo esta linha de raciocínio, a conversão religiosa seria definida em termos das possíveis causas e motivações; em se tratando de detentos, a conversão religiosa seria o resultado de uma tentativa de “enganar” ou de suprir suas diversas “carências”. (Scheliga, 2005, p. 75)

⁶ Em que pese isso, uma freira alemã revelou-me acreditar que a APAC poderia se colocar em qualquer país, pois a “espiritualidade pode ser trabalhada com a religião dominante de qualquer nação”.

Embora esse fenômeno tenha íntima relação com o tema da conversão, que discutimos apenas na dissertação e apenas mencionamos aqui, é certo que nos auxilia a compreender algumas das nuances do pluralismo religioso nas APACs.

Nos termos do que foi dito na Jornada, há preso que “se esconde atrás ou dentro da Bíblia, que usa a religião para oprimir... alguns ficam aqui se escondendo, mas e se a sua máscara cair?”

É que o preso, ainda mais quando detido numa instituição corporalmente católica, não deseja ou não pode fincar-se à sua religiosidade preferida, expor que não a tem⁷ ou mesmo que não se definiu em termos de religião⁸ – numa espécie de “constrangimento de frequência”. Um dos dirigentes da Jornada, inclusive, me confidenciou que “alguns presos dizem que na APAC é da religião ‘x’ pra agradar fulano, mas lá fora é ‘y’”. Ainda, segundo um dos voluntários da APAC de Itaúna me informou, “se não ficarmos em cima, o preso que se diz católico, quando chega a hora da missa fala que é evangélico; e vice-versa. Eles fazem de tudo pra não ir”.

Mesmo assim, segundo um dos dirigentes, “o preso que converteu mesmo cai pela carne – droga, mulher –, mas não se dobra diante de imagem pra agradar ninguém – nem [presidente da FBAC], nem Dr. Mário, nem juiz...”

Talvez buscando instituir uma filiação única, em Ituiutaba, assegurou-se seu representante, “o preso não pode ficar nas três religiões [evangélica, católica e espírita, sendo que nessa última há uma reunião semanal em que são compartilhados livros]; tem que escolher e ficar só em uma”.

Em todo o caso, as dificuldades para se conseguir um benefício prisional num sistema em que o viés religioso é latente podem fazer suplantar sua prática (a)religiosa.

⁷ Cumpre registrar que, embora o preso, ao ingressar na APAC, tenha que dizer que religião professa, um dos diretores da FBAC, na Jornada, asseverou: “antes de ir pra APAC, pensava: Deus não existe, é balela! Que Deus é esse que a gente come e tem que cagar na marmita porque não tem água pra descarga? Cheguei na APAC armado!” Nesse sentido, bastante factível que alguns presos escolhem a APAC não por questões de aprimoramento religioso – testemunhou-se na Jornada, inclusive, que os presos do sistema comum, diante das atrocidades que sofrem, acabam não acreditando em Deus –, mas, sim, em razão de um tratamento mais humanizado.

⁸ Fato interessante, também ocorrido na Jornada, ilustra a questão. É que cada jornadeiro recebeu apenas uma camisa oficial e alguns, nos quatro dias, não trocaram essa blusa, permanecendo com a mesma durante todo o evento. Um dos que a mudaram, na manhã de sábado, trajava um casaco em que, nas costas, estava escrito “vida loka” e desenhado o símbolo “Yin-Yang”, o qual muitos atribuem ser característico da religiosidade New Age.

Outrossim, a circulação religiosa desobstruída, tem ainda um outro forte motivo: as atividades religiosas permitem o contato do preso com pessoas vindas do ambiente exterior – são caras novas –, que podem lhes trazer notícias de parentes e amigos.

Por conta dessa fluidez, sequer houve consenso, entre as presas da APAC feminina, sobre quantas recuperandas espíritas havia ali. Uma, que se declarou evangélica, afirmou serem duas as espíritas; outra, que se disse espírita, alegou ser a única. Essa pontuou: “mesmo estando espírita, sinto falta da igreja” evangélica, da qual já foi membro e saiu por conta de problemas com “falsos profetas” e “pessoas com duas caras”. Só que, acerca dessa, outra presa deu o seu parecer: “ela fala que é espírita só pra se livrar de tudo; mas, na verdade, é atéia”.

Ademais, me foi ali confidenciado que “muitas meninas falam que é católica para agradar a direção”; mas, entre elas, dizem a algumas: “você não se decide o que é”. E, segundo a plantonista, “algumas que se dizem católicas só falam para não dizer que não tem religião” e outras “que se dizem evangélicas falam que já ouviram a Palavra, mas não eram praticantes, servas”.

Portanto, apenas uma pesquisa em maior profundidade, que talvez demandasse a permanência diuturna entre as recuperandas, possa demonstrar como, e em que medida, as possibilidades constantes de circulação religiosa estimulam e/ou inibem a concretização de um sentimento de pertença identitário. Esse, pois, não era o escopo da dissertação, embora fosse uma temática deveras interessante.

Conclusão

O projeto ottoboniano, nos 40 anos de existência, completados e comemorados em 2012 no VII Congresso Nacional das APACs, embora pensado para católicos, passou, nalguma medida, por certa abertura a outras matrizes religiosas.

Conquanto, em seus primeiros escritos, Ottoboni relatasse sobre a possibilidade de prestação de assistência religiosa por outras religiosidades e denominações cristãs, não havia (e ainda não há) qualquer referência pormenorizada a essa atuação. No mesmo passo, outros grupos religiosos, como espíritas e afro, eram citados de forma pejorativa em seus livros, decorrente, outrossim, de parte da tônica cursilhistas. Contudo,

mesmo que as citações pejorativas tenham cessado, a prática revela ao menos um preconceito velado.

Não obstante, no plano teórico, tenha havido uma maior abertura ao pluralismo religioso na instituição, é certo que a mesma mantém, quase que exclusivamente, a oferta de assistência religiosa apenas para católicos e evangélicos, com suas diversas tensões. Os trabalhos espíritas, por exemplo, quando existentes, são, na maioria das vezes, realizados de maneira velada. Além disso, em oposição ao discurso, ainda persistem alusões negativas a outras religiosidades, como a muçulmana.

Mesmo assim, dentro desse parâmetro de oferta religiosa, há uma circulação desobstruída por parte dos presos, que, nalguma medida, acabam frequentando a maioria dos eventos religiosos que acontecem na APAC. Além de um “constrangimento de frequência”, que visa impor ao preso a presença nos atos de cunho religioso sob pena de sua rotulação como não recuperado, é certo que essas atividades religiosas permitem o contato mais próximo com o mundo exterior, revigorando o lampejo pela liberdade.

No mais, com tudo isso, não quisemos dizer que, na APAC, a religião se resume à esfera conflitiva ou, ainda, é apenas geradora de conflitos. Se se restringisse a tal, e dado que a proposta é essencialmente religiosa, não haveria explicação plausível para a menor reincidência obtida quando da aplicação do método. Vislumbramos, com a abordagem, somente projetar uma experiência prática não relatada nos escritos institucionais, ecoando nossas observações enquanto produtores de pesquisa acadêmica para, talvez, aclarar uma realidade pouco percebida por aqueles que laboram no método.

Referências

CARRANZA, Brenda. Catolicismo em movimento. In: *Religião e Sociedade*, v. 24, n. 1. Rio de Janeiro: ISER, 2004.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Evangélicos no cárcere: representação de um papel desacreditado, p. 39-55. *Revista Debates do NER*. Org.: BICCA, Alessandro, STEIL, Carlos Alberto. Religião e prisão. UFCH/UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 6, n. 8, jul./dez, 2005.

DIX, Steffen. Da crítica à sociologia da religião: uma viragem e seu impacto sócio-cultural, p. 9-24. In: *Revista Lusófona de Ciências da Religião*, ano V, n. 9/10, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUERRIERO, Silas. Há algo novo no campo das religiões: os novos movimentos religiosos, p. 101-116. In: SILVA, Eliane Moura; BELLOTTI, Karina K.; CAMPOS, Leonildo S. (Orgs). *Religião e sociedade na América Latina*. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.

MADURO, Otto. O campo religioso como produto dos conflitos sociais. In: *Religião e luta de classes: quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina*. Trad. Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

OTTOBONI, Mário. *Meu Cristo, estou de volta! Pastoral carcerária aplicada no revolucionário sistema APAC*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. *Seja solução, não vítima! Justiça Restaurativa, uma abordagem inovadora*. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

_____. *Vamos matar o criminoso? Método APAC*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

SCHELIGA, Eva Lenita. Trajetórias religiosas e experiências prisionais: a conversão em uma instituição penal, p. 75-85. *Revista Comunicações do ISER*, n. 61. Religiões e Prisões. 2005.

VELÁSQUES FILHO, Prócoro. Deus como emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangelical. P. 81-109. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.